

CLIPPING MIRANDA				
MEIO	Jornal Expresso			
Nº PAG.	1	DATA	14 de setembro de 2019	

Timor Nova fronteira marítima redesenha a exploração petrolífera

Timor-Leste fechou um longo e complexo processo negocial com a Austrália. Revisão de contratos de exploração petrolífera teve a mão da portuguesa Miranda & Associados

É o ponto final numa disputa com mais de 60 anos. Desde 1956, quando Timor-Leste era ainda uma colónia portuguesa, que o mar a Sul da ilha estava sob disputa. "A Austrália tinha uma teoria de duas plataformas continentais, em que a depressão a sul da costa de Timor marcaria a divisão das plataformas continentais dos dois países. Só que a maior parte dos campos petrolíferos descobertos estão a sul dessa depressão", conta o advogado Ricardo Alves Silva. Era apenas o princípio de um longo conflito, que, já após a viragem de milénio, conheceria contornos novelescos.

Ricardo Alves Silva, sócio da firma portuguesa Miranda & Associados com experiência em direito societário, energia e recursos naturais, conhece bem o tema. Foi um dos quatro advogados da

Miranda que nos últimos anos acompanharam no terreno um dos capítulos essenciais para encerrar a longa disputa pelo Mar de Timor: a revisão dos contratos de exploração petrolífera que se encontravam nas áreas que agora ficarão sob o controlo de Dili.

A sociedade portuguesa trabalha com o Estado de Timor-Leste há mais de uma década e recentemente foi chamada a trabalhar num dossiê que envolvia algumas das maiores petroli-

feras do mundo, como a Shell, ConocoPhillips, Osaka Gas e Woodside Petroleum. O trabalho, agora concluído, implicou múltiplas reuniões no outro lado do planeta, de Dili a Darwin, passando por Perth e Camberra.

A experiência dos últimos anos leva Ricardo Alves Silva a afirmar, sem hesitações, que "o sector petrolífero em Timor é 100% transparente". Menos claro é o que país conseguirá efetivamente fazer com o fundo petrolífero de 17 mil milhões de dólares (€15,4 mil milhões) que é gerido a partir de Nova Iorque e que financia 90% do Orçamento do Estado timorense.

Fundo petrolífero de Timor-Leste está dotado de 17 mil milhões de dólares, geridos a partir de Nova Iorque

A espionagem

Durante décadas os limites do Mar de Timor foram objeto de disputa.

CLIPPING MIRANDA				 Miranda & Associados Sociedade de Advogados, SP, RL
MEIO	Jornal Expresso			
Nº PAG.	1	DATA	14 de setembro de 2019	

Em 1997, a Austrália e a Indonésia chegaram a assinar um tratado, que definia os limites das respectivas zonas económicas exclusivas, sem mexer nos limites para exploração do leito marinho que tinham sido definidos em 1972, mas que deixavam em aberto a área a Sul de Timor-Leste.

Em 2002, Timor-Leste conquistou a sua independência e no ano seguinte o país firmaria com a Austrália um importante acordo para definir a repartição de receitas do campo petrolífero Greater Sunrise. Os dois Estados avançaram na sua cooperação, e em 2006 firmaram um tratado para de facto dividir em partes iguais os ganhos dos hidrocarbonetos naquela promissora área do Mar de Timor.

Mas, em 2012, um antigo elemento dos serviços secretos australianos

revelaria que antes desse tratado a Austrália espiou as reuniões do Governo timorense, com duas centenas de escutas, no período entre 2004 e 2006.

A revelação levou Dili a pedir em abril de 2013 no Tribunal Internacional de Justiça, em Haia, a anulação do tratado de 2006. No final de 2013, e na véspera de uma primeira audiência em Haia, surgem notícias de uma rusga à casa do antigo elemento dos serviços secretos australianos.

Ricardo Alves Silva, que já trabalhava com Timor havia mais de uma década, seguiu de perto o dossiê, que agora recorda ao Expresso. "Timor avança em abril de 2016 para um processo de conciliação com a Austrália, junto das Nações Unidas. O painel são dois elementos nomeados por cada país e

um quinto indicado pelos outros quatro." Liderado por um dinamarquês, esse painel de conciliação foi tendo reuniões reservadas pelo mundo fora: Singapura, Haia, Copenhaga e, como encontro final, Kuala Lumpur, em fevereiro de 2018.

O resultado da conciliação foi que o campo Bayu-Undan, que era explorado a 90% por Timor-Leste e 10% pela Austrália, passou a ser 100% de

Dili. Trata-se de uma área em declínio (deverá deixar de produzir em 2022), mas que desde 2004 já rendeu 20 mil milhões de dólares (€18 mil milhões) a Timor. E o campo Greater Sunrise passou a ser maioritariamente controlado por Timor, que adquiriu por quase €600 milhões as posições de 30% da ConocoPhillips e de 26,6% da Shell. O negócio foi fechado em abril.

Agora, Timor-Leste tem em mãos o futuro do projeto Greater Sunrise, que deverá implicar um investimento de 12 mil milhões de dólares (€10,9 mil milhões), e que entrará em produção no final de 2025. "A receita para o Estado será substancial, mas também o valor acrescentado para a economia", observa Ricardo Alves Silva.

MIGUEL PRADO

mprado@expresso.impressa.pt

Advogados portugueses que apoiaram o Estado timorense reuniram-se em Dili, Darwin, Perth e Camberra